

**Poesía em metamorfose.
Implicações éticas na exéges e reescrita literárias**

Carlos MACHADO
Doutorando em Tradução da Universidade de Vigo

Como citar este artículo:

MACHADO, Carlos (2005) «Poesía em metamorfose. Implicações éticas na exéges e reescrita literárias», en ROMANA GARCÍA, María Luisa [ed.] *II AIETI. Actas del II Congreso Internacional de la Asociación Ibérica de Estudios de Traducción e Interpretación. Madrid, 9-11 de febrero de 2005*. Madrid: AIETI, pp. 862-875. ISBN 84-8468-151-3. Versión electrónica disponible en la web de la AIETI:
<http://www.aieti.eu/pubs/actas/II/AIETI_CM_Poesia.pdf>.



POESIA EM METAMORFOSE.
IMPLICAÇÕES ÉTICAS NA EXEGES E REESCRITA LITERÁRIAS.

Carlos Machado

Doutorando em Tradução da Universidade de Vigo.

Arte, literatura e sagrado.

A sacralização do objecto artístico dependeu, durante muito tempo, do seu carácter aurático, que, graças ao desenvolvimento da técnica, parece ter-se perdido no século XX (Benjamin, 1992). A ideia de multiplicidade, fruto da possibilidade de reprodução ilimitada dos objectos, num universo de simulacros e simulações, foi a principal responsável pela perda do valor de culto do objecto artístico, que aparentemente se banalizou ao ponto de se resignar à ostentação do seu valor de exposição. Contudo, isto não significou o seu fim, mas antes a possibilidade da sua existência segundo novas condições, que lhe oferece novas possibilidades, tais como aquelas que a fotografia e o cinema vieram a provar.

Esta perspectiva do devir artístico é devedora, como se vê, do pensamento de Walter Benjamin e da sua célebre tese sobre a transformação da obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. Embora esta sua ideia diga respeito às artes ditas plásticas, a verdade é que podemos extrapolá-la de forma frutífera para o domínio da arte verbal, isto é, para o âmbito da literatura e, muito particularmente, para o âmbito da literatura traduzida.

A literatura, enquanto conceito com a significação que se lhe atribui hoje, constitui uma invenção recente das sociedades ocidentais e surge num momento em que os circuitos de consagração artística se afastam cada vez mais dos cultos religiosos, afirmando-se como uma instituição burguesa e laica, que não deixa, contudo, para trás todos os seus resquícios metafísicos. Com efeito, a ideia romântica de Absoluto não é mais do que o sucedâneo laico da ideia do divino. Nessa medida, o objecto literário reveste-se de um carácter sagrado e aurático, afirmando-se pela sua indefectível autenticidade e originalidade que não permite a ideia da sua reprodução, sob pena de corrupção. Assim, é perfeitamente lógico que, na sua origem, a ideia de literatura – e dentro desta, a poesia – seja incompatível com a ideia de tradução, perspectivando-se esta como degradação e cópia imperfeita, em moldes humanos,

demasiado humanos (como diria Nietzsche), de objectos divinos e irrepetíveis. Por outras palavras,

numa cultura que cultiva o mito das essências e dos significados estáveis que supostamente podem e devem ser inseridos e preservados dentro de objetos, palavras e textos, a tradução é necessariamente associada àquilo que não é apenas marginal, mas, principalmente corrupto e destrutivo (Arroyo, 1993: 115).

Nos tempos que correm, estes pressupostos de teor metafísico não apresentam a legitimidade de outrora, nem recolhem a unanimidade cega de visões positivistas e fundacionalistas que, em tempos não muito remotos, assolaram também a esfera das línguas. Vivendo-se num complexo universo pós-moderno e, por isso mesmo, pós-metafísico¹, estas ontologias fortes parecem ter abdicado da sua hegemonia epistemológica, para darem lugar à afirmação de formas débeis de pensamento (Vattimo, 1987), características de uma condição intelectual em que as metanarrativas de legitimação são plurais e mutuamente contraditórias (Lyotard, 1979). Este quadro é perceptível não só no domínio das ciências sociais e humanas, mas também no âmbito das ciências anteriormente designadas de exactas, que se sujeitam afinal também à lógica estrutural da mudança sucessiva de paradigmas e à inexorável lei do relativismo (Kuhn, 1983).

O relativismo pós-metafísico.

À crença positivista da possibilidade de mimese fiel do universo através dos instrumentos disponibilizados pela construção de linguagens especializadas dos mais variados domínios científicos, sucede-se a consciência de que todo o processo de descrição assenta em sistemas convencionais de símbolos cujo poder mimético apresenta falhas e limitações, remetendo para realidades textuais indefectivelmente distintas daquelas inalcançáveis do mundo real. Esta realidade verifica-se não só nas múltiplas linguagens científicas, mas também nos sistemas linguísticos, cujo poder representacional é cada vez mais posto em causa, ao ponto de se

¹ Apesar de tudo, como é óbvio, esta hegemonia em tempos de pluralismo não convalida a existência contemporânea de comunidades esparsas que se deixam reger pela afirmação anacrónica de eventuais postulados essencializantes e fundacionais.

formular a hipótese de que a linguagem cria as realidades a que se refere, tal como Derrida o afirma ao postular que “*il n’y a pas de hors-texte*” (1967: 227).

Mesmo que se contorne esta questão nebulosa do estatuto das realidades descritas, assume-se inderrogavelmente que o real exterior à linguagem se torna cada vez mais inalcançável, dada a consciência de que a mimese do mundo, a questão da sua re-presentação, depende de questões sistémicas (as capacidades e limitações dos sistemas linguísticos) e também de questões de índole pessoal (a competência linguística específica de cada falante particular e o uso que dela é dada). Por outras palavras, depende tanto da *langue* como da *parole* de teor saussureano.

Estas limitações da linguagem modificarão completamente a visão que se poderá ter do processo de tradução. Com efeito, se as linguagens humanas se assumem sempre como espelhos deformadores do real, a tradução constituirá a deformação de uma imagem já de si deformada. Se recordarmos a tese de Saussure de que as línguas são sistemas convencionais de códigos, a tradução passa a configurar-se como transformação de um sistema convencional num outro sistema convencional com características distintas que darão origem, forçosamente, a um produto diferente e, como o afirma Derrida, sempre *différent* (1972a).

Nesta época pós-moderna e pós-metafísica, torna-se imperativo perspectivar a transformação operada no domínio dos estudos de tradução como salutar (Machado, 2004). O abandono de ideias como as de *fidelidade* e *equivalência* é, então, não só normal, como desejável. Não causará, assim, repulsa o facto de se perspectivar a tradução como uma das formas privilegiadas daquilo que André Lefevere denomina de «reescrita» (1997), deixando de ser concebida como um fenómeno neutro, do ponto de vista ideológico e poetológico, para passar a ser entendida como uma das estratégias mais eficazes de «manipulação» e como um dos grandes motores de transformação dos sistemas literários nacionais. Com efeito, aquilo que Ovidi Carbonell i Cortés apelida de “*viraje o revolución «cultural» en los estudios traducción*” (1999: 16) é cada vez mais visível, deixando para trás definições positivistas das capacidades representacionais dos actos linguísticos e concepções do processo de tradução como actos textuais meramente reprodutores de um suposto texto original que é necessário preservar na sua integridade e autenticidade.

A consagração paradoxal da figura do autor.

Ora, esta transformação pós-metafísica (que, no âmbito simples deste artigo, poderíamos designar coerentemente também como pós-moderna e, dada a dívida a alguns dos pensadores citados, pós-estruturalista) não ocorre sem que se verifiquem alguns paradoxos. O mais visível será o do nascimento paradoxal da figura do tradutor como autor numa época em que se fala da morte deste último. Tal como nos recorda Gianni Vattimo (1987), a ideia de superação da metafísica não obvia a que ela deixe algumas influências, mesmo que inconscientes, e obriga-nos a superar categorias analíticas ortodoxas, utilizadas acriticamente e por inércia, de forma a evitar a todo o custo algumas frequentes contradições.

Como se sabe, a questão da morte do autor foi levantada por Roland Barthes (1984) e Michel Foucault (2000). Insurgindo-se contra a elevação da figura da intenção do autor como parâmetro assegurador da legitimidade de um sentido textual único, tal como pretendido pelo cientificismo questionável das filologias oitocentistas, estes pensadores franceses propõem o derrube deste tipo de pressuposto interpretativo, assumindo o relativismo inderrogável dos sentidos textuais e a inviabilidade do argumento dogmático da reconstrução da intenção autoral. Assim, Michel Foucault ressalva o carácter arbitrário e institucional da função autor como instrumento legitimador de estratégias interpretativas. Basicamente, esta oposição entre a valorização da figura do autor como estratégia heurística, por um lado, e a denúncia da falácia dessa mesma valorização, por outro, revela a tensão existente entre dois tipos de preconceitos de leitura que Antoine Compagnon resume do seguinte modo:

on peut partir de deux idées reçues, l'ancienne et la moderne, pour les opposer et les renvoyer dos à dos, ou les garder toutes deux, de nouveau à la recherche d'une conclusion aporétique. L'ancienne idée reçue identifiait le sens de l'oeuvre à l'intention de l'auteur; elle avait cours communément du temps de la philologie, du positivisme, de l'historicisme. L'idée reçue moderne (et plus très nouvelle) dénonce la pertinence de l'intention de l'auteur pour déterminer ou décrire la signification de l'oeuvre; le formalisme russe, les New Critics américains, le structuralisme français l'ont répandue. Les New Critics parlaient d'intentional fallacy, ou d'«illusion intentionnelle», d'«erreur intentionnelle»: le recours à la notion d'intention leur semblait non seulement inutile mais même nuisible dans les études littéraires. Le conflit peut encore être décrit comme celui des partisans de l'explication littéraire, comme recherche de l'intention de l'auteur (on

doit chercher dans le texte ce que l'auteur a voulu dire), et des adeptes de l'interprétation littéraire, comme description des significations de l'oeuvre (on doit chercher dans le texte ce qu'il dit, indépendamment des intentions de son auteur). Pour échapper à cette alternative contraignante et réconcilier les frères ennemis, une troisième voie, souvent privilégiée aujourd'hui, met l'accent sur le lecteur comme critère de la signification littéraire (1998: 51-52).

As consequências destas ideias, no tocante à tradução, redundam numa aporia a partir do momento em que se institui “*le lecteur comme auteur de substitution*” (Compagnon, 1998: 57). Com efeito, o tradutor torna-se um duplo factor de definição do sentido textual dado que participa do estatuto dual de leitor do texto de partida e de autor do texto de chegada. Desta forma, no que diz respeito ao processo hermenêutico de construção de sentido, o acto de tradução revela a incontornabilidade da figura do autor, visto que, à morte do autor do texto de partida, a tradução responde com a ressurreição do autor do texto de chegada, desta feita legitimado pelo seu papel prévio de leitor. No fim de contas, este é o paradoxo insolúvel que Derrida já tinha analisado no ensaio “*signature événement contexte*” (1972b). Neste texto, Derrida revela o carácter utópico da definição de traços autorais, afirmando a sua dissolução como critério heurístico, não deixando contudo, de uma forma irónica e séria, dando-se conta da aporia instituída, de assinar o seu próprio texto, assumindo-se como o seu autor. Isto conduz-nos a concluir o seguinte:

aucun critique ne renonce donc à une hypothèse minimale sur l'intention d'auteur, comme cohérence textuelle, ou comme contradiction se résolvant à un autre niveau (plus élevé, plus profond) de cohérence. Cette cohérence, c'est celle d'une signature, comme on l'entend en histoire de l'art, c'est-à-dire comme un réseau de petits traits distinctifs, un système de détails symptomatiques – des répétitions, des différences, des parallélismes – rendant possible une identification ou une attribution. Personne ne traite jusqu'au bout la littérature comme un texte aléatoire, comme de la langue, non comme de la parole, du discours et des actes de langage. C'est pourquoi il importe de mieux élucider nos procédés élémentaires d'analyse, leurs présuppositions et leurs implications (Compagnon, 1998: 90).

A questão ética: a (in)visibilidade da manipulação.

Dada a incontornabilidade da figura do autor na exegese textual, é legítima a aceitação de estratégias de visibilidade por parte dos tradutores. Segundo Lawrence Venuti (1995), esta visibilidade decorre da função política da acção do tradutor, que nunca é ideologicamente neutra e que, nessa mesma medida, procede sempre a uma manipulação textual, voluntária ou involuntariamente.

No que diz respeito à tradução literária – aquela que aqui nos interessa – esta manipulação é visível desde logo na forma como uma obra é interpretada, pois

il n'est pas de lecture littéraire qui n'actualise aussi les significations d'une oeuvre, qui ne s'approprie l'oeuvre, voire la trahisse de manière féconde (le propre d'une oeuvre littéraire est de signifier hors de son contexte initial) (Compagnon, 1998: 107)².

Quando esta interpretação de uma obra é feita por um outro escritor ou, no caso concreto dos exemplos a analisar, quando estas obras poéticas são interpretadas e reescritas por outros poetas, interessa analisar a dimensão ética do trabalho efectuado. Na esteira de Venuti, parte-se aqui do princípio de que

a translation ethics, clearly, can't be restricted to a notion of fidelity. Not only does a translation constitute an interpretation of the foreign text, varying with different cultural situations at different historical moments, but canons of accuracy are articulated and applied in the domestic culture and therefore are basically ethnocentric, no matter how seemingly faithful, no matter how linguistically correct (Venuti, 1998: 81-82).

Contudo, ao contrário de Venuti, não se fará aqui a apologia de uma *ética da diferença* em que se defenderão abordagens estrangeirizantes do processo de reescrita, de forma a preservar a irredutível diferença do Outro, mas pugnar-se-á pela necessidade intransigível de uma postura ética inquestionável no estabelecimento de um contrato de leitura entre o

² O exercício hermenêutico que está na base da tradução ilustra pragmaticamente esta ideia de inexauribilidade dos sentidos textuais, pois “*translation, with its double allegiance to the foreign text and the domestic culture, is a reminder that no act of interpretation can be definitive for every cultural constituency, that interpretation is always local and contingent, even when housed in social institutions with the apparent rigidity of the academy*” (Venuti, 1998: 46).

tradutor-autor com o leitor do texto de chegada, de forma ter-se consciência das balizas que limita(ra)m a acção de cada membro no momento da cooperação interpretativa que o processo de leitura institui.

Esta dimensão ética é tanto mais importante quanto se sabe que o processo de tradução tem a capacidade de promover a manipulação do cânone literário. Quando essa manipulação é realizada por autores envolvidos nas lutas de consagração do campo literário, as implicações éticas tornam-se exponencialmente maiores, sobretudo porque, de forma perversa, para leitores menos atentos, o facto de a tarefa da tradução passar a caber a autores consagrados no campo literário parece pressupor ao nível do senso comum alguma garantia de qualidade do produto final, pela legitimidade que se atribui implicitamente ao poeta para ser tradutor de poesia, dadas as suas supostas (e nem sempre reais) provas de competência literária.

O que se defende aqui é nada mais do que a transparência dos pressupostos da acção do tradutor pelas consequências que esse facto implica ao nível do estatuto do texto (autoral vs segundo), do estatuto do autor (transcriador vs ‘fiel seguidor’ ou sujeito vs sujeito) e do papel e função da tradução (manipulação vs cópia). Dado que a tradução nunca é inocente e que a posição dos tradutores-poetas pode ser a de um empenhamento na sua própria causa, a necessidade de definir os pressupostos que nortearam o processo de reescrita é mais premente. Caso contrário, corre-se o sério risco de se assumir a postura eticamente condenável da camuflagem deliberada do processo de manipulação.

Defende-se, portanto, aqui, que a tradução obedece sempre a princípios e a objectivos de uma agenda política, social ou poética prévia, o que implica obrigatoriamente a exigência de um contrato explícito de leitura entre tradutor e leitor. Assim, através do paratexto que acompanha a obra, o tradutor deve procurar explicar as normas de tradução adoptadas que condicionaram o processo e o produto do trabalho de tradução. Caso isso não suceda, cai-se no erro de pretender uma quimérica tradução fidedigna e objectiva que não tem em conta nenhum dos condicionalismos – epocais, estilísticos, estéticos ou programáticos particulares – que afectam a exegese literária.

A consequência óbvia é que a vertente manipulatória da tradução será obnubilada, o que, numa perspectiva ética, é inequívocamente condenável. Refira-se que, no âmbito deste artigo, consideraremos a questão ética segundo factores de honestidade, lealdade e coerência do tradutor na sua relação com o texto a reescrever e com o público a que se dirige, numa linha próxima daquilo que Andrew Chesterman classifica de “*accountability norms*” (1997:

67-70) e, nessa medida, numa perspectiva diferente daquilo que Lawrence Venuti defende como *ética da diferença*, isto é, a preferência pela manutenção do carácter Outro do texto a traduzir pelo desenvolvimento de abordagens estrangeirizantes.

Por outras palavras, a questão ética que aqui nos interessa refere-se a um conjunto de pressupostos do acto comunicativo que não dirão unicamente respeito ao caso específico da radução, assumindo-se pelo contrário como um elemento indispensável de qualquer acto comunicativo cuja legitimidade depende sempre de expectativas mútuas entre emissor e receptor e de um conhecimento a partilhar. Quando este conhecimento é do foro poético, deve-se, portanto, em nosso entender, procurar explicar quais os critérios adoptados para a tradução, de forma a que o contrato de leitura estabelecido entre tradutor e leitor defina concretamente o estatuto do texto a ler (tradução legítima ou paráfrase, paródia, *pastiche*, transcrição ou qualquer outro tipo de texto de literatura em segundo grau, como diria Gérard Genette), de acordo com a *poiesis* que lhe subjaz.

Jogo limpo: visibilidade total na transcrição concret(ist)a de Mallarmé.

Graças aos exemplos que serão analisados, demonstrar-se-á como é que, quando isto não sucede, se colocam sérias dúvidas sobre a causa das transformações operadas, cuja razão poderá radicar em pura má fé do tradutor, num seu inconsciente exercício de sobreinterpretação ou na sua incompetência linguística e literária. Como se viu,

uma das implicações fundamentais da aceitação da presença do “outro” autor no texto traduzido é a possibilidade de que tradutores e tradutoras deixem de fingir uma neutralidade e uma ausência impossíveis e, conseqüentemente, uma inocência e uma fidelidade também impossíveis, abrindo caminho para o início de uma nova tradição instalada fora dos limites da invisibilidade e da culpa milenares que têm constituído o cenário e o enredo do seu trabalho (Arroyo, 1993: 95).

Esta visibilidade inevitável decorre do facto de que a existência da figura do autor é incontornável e de que os tradutores são, simultanea e inequivocamente, também autores. Estes princípios são claros e transparentes para os honestos irmãos Campos, que se auto-apelidam de “transcriadores”. Estes assumem claramente a sua interpretação do texto

mallarmaico segundo o *parti pris* da legitimação do concretismo brasileiro, como se pode ver neste elucidativo trecho da autoria de Augusto de Campos:

Dessa re-visão de Mallarmé participou a *poesia concreta* desde os primeiros momentos, e não apenas com reflexões críticas, mas com a própria criação poética (Campos *et al.*, 1991: 24).

Assim, o concretismo brasileiro é apresentado como uma consequência (teleo)lógica das inovações da poesia mallarmaica. Daí a premência da sua divulgação junto do grande público, como o próprio Augusto de Campos reconhece:

O propósito destas traduções é fazer com que o leitor conviva mais íntima e intensamente com as transformações que Mallarmé operou na linguagem poética. E a esperança é a de que a reflexão sobre essas coisas, que aconteceram há cerca de um século com a linguagem, possa contribuir para a melhoria da produção e do consumo de poesia, no pressuposto de que o conhecimento efetivo do-que-foi-feito é a melhor maneira de nos prepararmos para fazer e entender o-que-não-foi-feito e o-que-se-pode-fazer-de-novo em poesia (Campos *et al.*, 1991: 29).

As razões que conduziram à transcrição da obra mallarmaica está por demais justificada. Conhecimentos das áreas da história e da teoria da literatura, da estética, da filosofia da linguagem e da musicologia são convocados para alicerçar a legitimidade das opções tomadas ao nível discursivo, ressaltando sempre o seu deliberado carácter manipulatório, pois “a tradução pretende ser sempre um prolongamento do próprio objeto” (Campos *et al.*, 1991: 112).

Opacidade total: a tradução ao acaso ou o ocaso de Mallarmé.

Quando se opõe a coerência desta tradução *concretizada* pelos irmãos Campos à ligeireza e falta de fundamentação daquela que o poeta português Armando Silva Carvalho realizou, fica a perceber-se o que se entende por ética da tradução no âmbito deste artigo. Com efeito, a postura deontológica deste último poeta prima pela sua incorrecção. À profusão de justificados e congruentes elementos paratextuais dos irmãos Campos, Armando Silva Carvalho oporá apenas o bizarro, impreciso e tradutologicamente contraditório prefácio

intitulado “A arquitectura jamais abolirá o acaso”. Neste, pretende expor a sua visão da obra global de Mallarmé, as suas afinidades com a mesma e a preferência de uma obra em particular (*L’Après-Midi d’un Faune*) em detrimento de outra (*Un Coup de Dés*). Estas duas obras são apresentadas em versão bilingue, num só volume, e a sua tradução obedeceu aparentemente a critérios distintos, tal como o próprio Armando Silva Carvalho explica na estranha conclusão do seu prefácio:

A fechar, direi apenas que me foi gostosa e particularmente custosa a tradução do *Fauno* onde enveredei por liberdades formais e outras. Relativamente ao *Lance de Dados*, limitei-me praticamente a respeitar as palavras e os espaços vazios que entre elas existem (Carvalho, in Mallarmé, 2001: 11)

Observa-se, então, que, enquanto na primeira obra a tradução pretende ser livre e regida pelo princípio do prazer do tradutor (o que será confirmado por outra afirmação de Armando Silva Carvalho, nesse mesmo prefácio, em que declara que «eu tive todo o prazer em trair ao traduzir [o Fauno]»), na segunda obra o princípio adoptado seria o da alegada e quimérica tradução literal, facilitada, aliás, supostamente, pelas próprias características do poema. Ao postular-se dois tipos de estratégias de tradução completamente diferentes, sem sequer se procurar justificá-las com base numa argumentação válida e legítima, não se concretiza um *a priori* fundamental: a definição de normas de actuação para o trabalho do tradutor. Isto considerando-se que

whether an item which would be conceived of as translation is «good» or «bad» will be determined by an extension (or further specification) of the normative model pertinent to the culture where it came into being (or the appropriate section within it). It is not that members of a societal group cannot arrive at a valid conclusion in an intuitive way; it is that, if and when required to account for their attitude, they will have to draw on that set of norms – or else be unable to justify their intuitive verdict (Toury, 1999: 25).

Neste caso concreto, parece que nem a intuição arguta do leitor mais competente consegue ser capaz de formular um veredicto, pois a tentativa de apreensão de normas implícitas e intuitivas é posta em causa quando a idiosincrasia do tradutor é erigida em valor máximo, apresentando esta forma contraditória que, por um lado, assume, numa das obras

traduzidas, liberdades formais (“e outras” por definir) que põem em causa um traço distintivo crucial do texto de origem, isto é, a construção de versos alexandrinos; por outro, postula uma hipotética e quimérica tradução literal do segundo texto. Não se vislumbra, portanto, nenhum tipo de lealdade em relação ao texto de partida e às suas características constitutivas essenciais, nem em relação ao leitor, que ficará sempre na dúvida sobre o tipo e a extensão das liberdades assumidas pelo tradutor, assim como sobre a legitimidade das mesmas. Por conseguinte, a indefinição pairará inevitavelmente no que diz respeito ao estatuto do próprio texto, que tanto pode ser perspectivado como tradução legítima, paráfrase, paródia, *pastiche* ou adaptação.

Uma leitura atenta às transformações operadas no texto não consegue esclarecer cabalmente as dúvidas, a partir do momento em que se verifica a transformação do desejo sexual da personagem Fauno pelas figuras femininas Ninfas, isto é, um típico caso de atracção heterossexual, em afirmação de misogenia pela transformação do nome francês “*grenade*” no nome português “granada” (em vez de “romã”)³. Quando se sabe que Armando Silva Carvalho é um dos mais frequentemente citados cultivadores da poesia *gay* em Portugal, fica-se com a dúvida sobre a razão de ser desta transformação. Como já foi dito, a dúvida do leitor oscilará entre a pura má fé do tradutor (que manipula encapotadamente o texto a favor da sua militância poética), num seu inconsciente exercício de sobreinterpretação ou na sua pura e simples incompetência linguística e literária⁴.

A tradução nos meandros de uma ética relativística.

Em conclusão, “*translation clearly raises ethical questions that have yet to be sorted out*” (Venuti, 1998: 6). A defesa da tradução como uma das formas privilegiadas de reescrita que possibilita o exercício da manipulação não só dos textos, mas também dos cânones e das

³ Ressalve-se que esta opção muito discutível é também tomada por Décio Pignatari na *tridução* deste poema em que participa com os irmãos Campos.

⁴ Infelizmente, a tendência será mais para a terceira opção dados os graves erros de interpretação revelados, que chegam ao ponto de não compreender o prefácio de *Un Coup de Dés* traduzindo incorrectamente a frase que se refere à indicação do poema como “*mieux que l’esquisse, un «état» qui ne rompe pas de tous points avec la tradition.*” Esta frase é traduzida do seguinte modo: “este Poema, para lá da sua configuração, é sobretudo um «estado» que não rompe, em nenhum sentido, com a tradição”. Como se vê, de um poema que “não rompe em todos os aspectos com a tradição” (dado que o seu tema assume um carácter praticamente universal, referindo-se à problemática da criação artística), passamos para um poema que não é minimamente original, pois alegadamente “não rompe, em nenhum sentido, com a tradição”. Para além da competência literária hermenêutica do tradutor ser limitada, assim parece ser também a sua competência linguística.

tradições em que estes se inserem, numa época pós-moderna caracterizada pela dissolução das metanarrativas legitimadoras e pelo fim dos princípios fundacionais de teor essencialista e metafísico, não corresponde à imposição do princípio da anomia e da desregulamentação absurda das práticas textuais e criativas. O postulado relativista não implica, de forma alguma, a defesa do axioma niilista do *anything goes*, permitindo pelo contrário a existência de normas fluidas de aceitação social e, por isso mesmo, de carácter institucional, convencional e não definitivo. No que diz respeito à reescrita que a tradução poética constitui, esta situação implica a necessidade e o dever de explicitar de forma coerente, fundamentada e legítima os pressupostos de acção, de forma a que as expectativas do leitor-alvo possam ser construídas tendo por base esse quadro de referências, isto é, esse conhecimento partilhado que é o contrato de leitura entre emissor e receptor de qualquer acto comunicativo⁵.

Caso este pressuposto não se concretize, isto é, caso a tarefa da reescrita não seja regida por postulados éticos minimamente aceitáveis segundo a lógica de uma racionalidade definida institucionalmente, a tradução encaminha-se perigosamente para o domínio das águas pantanosas e turbulentas de um relativismo gnoseológico total, incapaz de explicar o estatuto específico dessa poesia em metamorfose, que se apresentará inevitavelmente travestizada sob a forma indefinida de uma manipulação sem sentido.

⁵ O estabelecimento deste contrato não significa que o tradutor consiga eliminar toda a margem de imprevisibilidade do sentido textual, pois “*any language use is prone to the unpredictable variation of the remainder, the collective force of linguistic forms that outstrips any individual’s control and complicate intended meanings. The peculiarly domestic remainder that translating attaches to the foreign text increases that unpredictability, exceeding the foreign writer’s intention and the translator as well*” (Venuti, 1998: 108). No entanto, o tradutor conseguirá definir de uma forma eticamente aceitável aquilo que se poderá definir como os limites mínimos da interpretação no que diz respeito à partilha com o autor do texto primeiro dos direitos autorais.

Bibliografia.

Arroyo, Rosemary. 1993. *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Biblioteca Pierre Menard, Imago.

Barthes, Roland. 1984. “A morte do autor” in *O Rumor da Língua*. Lisboa: Editorial 70 [1968].

Benjamin, Walter. 1992. “A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica”, in *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio D’Água [1936].

Campos, Augusto de; Campos, Haroldo de e Pignatari, Décio. 1991. *Mallarmé*. 3ª ed., São Paulo: Ed. Perspectiva.

Carbonell i Cortés, Ovidi. 1999. *Traducción y Cultura: De la Ideología al Texto*. Salamanca: Biblioteca de Traducción, Ediciones Colegio de España.

Chesterman, Andrew. 1997. *Memes of Translation: The Spread of Ideas in Translation Theory*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

Compagnon, Antoine. 1998. *Le Démon de la Théorie: Littérature et Sens Commun*. Paris: Seuil.

Derrida, Jacques. 1967. *De la Grammatologie*. Paris: Collection Critique, Les Éditions de Minuit.

-----, -----, 1972a. “La différance”, in *Marges - De la Philosophie*. Paris: Éditions de Minuit.

-----, -----, 1972b. “Signature Événement Contexte”, in *Marges - De la Philosophie*. Paris: Éditions de Minuit.

Foucault, Michel. 2000. *O Que É um Autor?* (tradução de António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro, prefácio de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais). 4.^a ed., Lisboa: Coleção Passagens, Vega [1969].

Kuhn, Thomas S.. 1983. *La Structure des Révolutions Scientifiques* (traduit par Laure Meyer). Paris : Éditions Flammarion [1970].

Lefevre, André. 1997. *Traducción, Reescritura e Manipulación del Canon Literario* (tradução de M.^a Carmen Africa Vidal e Román Álvarez). Salamanca: Biblioteca de Traducción, Ediciones Colégio de España.

Lyotard, Jean-François. 1989. *A Condição Pós-Moderna* (tradução de José Bragança de Miranda). 2^aed., Lisboa: Gradiva [1979].

Machado, Carlos. 2004. “Tradução e Pós-Modernidade: implicações e consequências” in *Génesis – Revista Científica do ISAI*, n.º 4. Porto: Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes.

Mallarmé, Stéphane. *A Tarde dum Fauno. Un Lance de Dados* (tradução de Armando Silva Carvalho). Lisboa: Relógio d’ Água.

Toury, Gideon. 1999. «A handful of paragraphs on “Translation” and “Norms”» in *Translation and Norms*, Clevedon-Philadelphia-Toronto-Sydney-Johannesburg: Multilingual Matters Ltd.

Vattimo, Gianni. 1987. *O Fim da Modernidade – Nihilismo e Hermenêutica na Cultura Pós-Moderna*. Lisboa: Editorial Presença.

Venuti. Lawrence. 1995. *The Translator’s Invisibility: a History of Translation*. London and New York: Routledge.

-----, -----, 1998. *The Scandals of Translation: Towards an Ethics of Difference*. London and New York: Routledge.